

1. Introdução

Neste artigo busca-se construir um quadro interpretativo para analisar as lógicas e estratégias produtivas dos agricultores-assentados do Assentamento Ceres/RS. Localizado na região do Planalto Rio-Grandense, esse Assentamento, formado em 1996, recebeu trabalhadores de diferentes regiões do Estado, com destaque para a região conhecida como Alto Uruguai ou Colônias Novas. Com efeito, sugere-se que as diferentes origens e posições sociais ocupadas anteriormente à entrada na luta pela terra tende a configurar distintos objetivos para com a posse do lote, assim como diferentes projetos de futuro elaborados entre os agricultores-assentados. Esta heterogeneidade sócio-cultural conformaria diferentes racionalidades orientadas por lógicas distintas de comportamento e ação no estabelecimento das estratégias produtivas das famílias.

Dessa forma, parte-se do pressuposto teórico de que os estilos de conduta dependem de um sistema de referências que moldam um esquema mental organizador dos sentidos e dos comportamentos segundo os valores e conhecimentos internalizados ao longo dos itinerários de vida. Neste sentido, formam um conjunto de domínios, códigos e modalidades operacionais que conferem um conjunto de saberes, crenças e um *senso prático* determinado, funcionando como *habitus*, um sistema de disposições duráveis por meio do qual os indivíduos percebem o que lhes chega aos sentidos corpóreos e psíquicos orientando uma forma de agir, reagir, pensar e desejar, com vistas de atender às carências geradas. A esta *lógica* dos modos de ação subjacente ao *habitus* estar-se-á chamando de racionalidade, ou seja, um esquema operador de trabalhar as referências de sentido no qual os indivíduos adotam atitudes coerentes com suas disposições mentais (Bourdieu, 1996; 2002). Assim, pretende-se estudar as diferentes estratégias produtivas desenvolvidas pelas famílias assentadas que tendem a configurar diferenciações sócio-econômicas internamente no referido assentamento.

Neste contexto, supõe-se que as características sócio-culturais herdadas a partir das experiências vivenciadas numa posição social ocupada no interior da estrutura de relações do capitalismo contemporâneo, mediadas pela dinâmica de composição do grupo familiar, tendem agir orientando os desejos e carências dos agricultores-assentados influenciando sobre as estratégias produtivas traçadas com vistas a alcançar as necessidades geradas sócio-historicamente. Neste sentido, olhando para as origens anteriores daquela categoria social no assentamento Ceres, se perceberá que ela é composta por filhos de pequenos proprietários rurais, ex-pequenos proprietários rurais, ex-assalariados temporários e permanentes em fazendas do estado do Rio Grande do Sul. Alguns agricultores ao longo de seu itinerário de vida, antes de irem para o acampamento, experimentaram posições sociais distintas como pequeno agricultor e assalariado rural, ou, por exemplo, aqueles que saíram do campo para *tentar a vida na cidade*, etc. Dessa forma, as diferentes trajetórias sociais potencialmente conformam sistemas sócio-culturais também

¹ Artigo elaborado com base no primeiro capítulo da dissertação, em elaboração, de mestrado do autor. Artigo apresentado no Seminário Comemorativo dos 30 anos do CPDA; área temática: natureza, ciência e saberes.

² Médico Veterinário formado pela UFSM/RS e estudante de mestrado no programa CPDA/UFRRJ.

diferentes que abrem a cada indivíduo determinadas modalidades e possibilidades de produção de sentidos, formas de consciência e, portanto, estilos de comportamento, que tendem a se traduzir em expectativas e estilos de projetos de futuro tanto na fase de luta pela terra quanto sobre a terra.

Neste sentido, este artigo está dividido em quatro seções, incluindo essa *Introdução*. Na segunda, *Elementos dos processos de formação sócio-cultural dos sem-terra meridionais*, procura-se situar as matrizes sócio-culturais formadoras dos sem-terra no Rio Grande do Sul a partir de uma análise do processo de ocupação do território, dando destaque para o *colono*, o *caboclo* e recomposições sócio-culturais ocorridas no decorrer das décadas devido ao contato entre estes personagens. Na terceira, *o Assentamento como espaço social construído, as articulações do conceito de habitus e o conceito de estratégia*, estar-se-á abordando o espaço social do Assentamento como construído, por um lado, pelos diferentes *habitus* resultantes das origens e posições sociais dos agricultores-assentados e por outro devido à historicidade da área onde se realizou o Assentamento. Também, serão abordadas as articulações do conceito de *habitus* que o potencializam como ferramenta tanto teórica quanto analítica, de forma especial na não polarização entre *indivíduo e sociedade*. Ainda, abordar-se-á o conceito de *estratégia*, além da formulação de uma hipótese geral sobre as lógicas produtivas definidoras das estratégias de produção no Assentamento Ceres. Na quarta seção, *Trajectoria social como ponto de partida e algumas questões*, sugere-se que as trajetórias sociais dos agricultores podem ser pontos de partida para o desvendamento de suas lógicas de produção, desde que contextualizadas sócio-historicamente, além de serem formuladas algumas questões que procuram orientar o olhar sobre outros aspectos sócio-econômicos regionais e locais, a partir do quadro interpretativo e formulado durante o texto.

2. Elementos dos processos de formação sócio-cultural dos sem-terra meridionais

Na formação do campesinato Rio-Grandense há matrizes culturais que não podem ser desprezadas quando o objeto de estudo está centrado na análise das lógicas produtivas, que, nessa abordagem, são lógicas culturais conformadas no processo sócio-histórico, por informar, em graus variáveis, os sistemas sócio-culturais dos agricultores-assentados. Neste contexto, *matriz cultural* pode ser entendida como sendo um conjunto de recursos identificados como ideais, intelectuais e afetivos, que estando no plano da crença orienta as práticas individuais e coletivas e que numa dimensão sócio-histórica podem ser compreendidas como práticas consolidadas ao seu tempo, resultado do trabalho e das reflexões humanas sobre as experiências do trabalho, cujas transformações recriam a própria cultura. Segundo a perspectiva delineada torna-se prudente, portanto, apontar alguns dos elementos do sistema de disposições culturais interiorizados ao longo da história por esses indivíduos e que podem ajudar a analisar as estratégias produtivas desenhadas no assentamento Ceres. Essa espécie de *passo atrás*, ajuda analisar os camponeses sem-terra como portadores de um *habitus* que tende a orientar as condutas a maneira de uma adaptação contínua à sociedade.

Neste sentido, as matrizes culturais formadoras do campesinato meridional estão intimamente ligadas com as dinâmicas de ocupação do território no Rio Grande do Sul. Estão relacionadas, principalmente, com a introdução do colono de origem européia e com as populações de trabalhadores nacionais pequenos proprietários ou empregados em estâncias de gado. De acordo com Zarth (2006), a partir de uma política pública deliberada de colonização, o estado brasileiro privilegiou o desenvolvimento de uma agricultura de

base familiar a partir dos colonos de origem européia, especialmente Italianos e Germânicos, concedendo, num primeiro momento, parcelas de terra e posteriormente, vendendo ou permitindo políticas de colonização privada em áreas de mata - enquanto que nas áreas de campo desenvolvia-se a economia pastoril ancorada em grandes estâncias de produção de gado. Os camponeses nacionais foram preteridos nesse processo de ocupação do território. A eles coube o trabalho nas estâncias de gado, geralmente substituindo o trabalho escravo, e mais tarde servindo como mão-de-obra às chamadas granjas de trigo e soja no planalto Rio-Grandense, ou então, à migração constante em *frentes de expansão*³ em direção às áreas de floresta no noroeste do estado, em terras de relevo acidentado. No mais das vezes eram considerados *intrusos*, quando em áreas de florestas por eles ocupadas desenvolviam-se os projetos de colonização; processo que desenrolou confrontos, resistência e lutas. É importante salientar que essa ocupação não se deu em territórios desocupados. Neles existiam povos indígenas que foram sendo dizimados e “empurrados” em direção também ao noroeste do estado, onde, mais tarde se desenvolveram as políticas de aldeamento e na década de 1970 ocorreriam conflitos fundiários entre índios e colonos (Lando, 1980; Giron, 1980; Moure, 1980; Kliemann, 1986; Zarth, 1997).⁴

A formação dos sem-terra e as ocupações são resultados desse processo histórico catalisado pelos efeitos da modernização da agricultura a partir da segunda metade do século XX. A implantação dos núcleos coloniais baseados na exploração familiar do solo e sua expansão devido à política de estado foram condicionadas historicamente pelo desenvolvimento da economia capitalista no plano nacional e local. Para Frantz e Silva Neto (2005), esse processo revela-se ainda hoje marcado pela busca de autonomia dos colonos e subordinado à dinâmica do capital, uma vez que a progressiva seleção e exclusão dessa forma social estão indissociados da multiplicação da pequena propriedade e a emergência a cada geração de novas camadas de trabalhadores rurais com acesso precário ou desprovidos de terra. De acordo com aqueles autores, a migração em direção às áreas de mata do norte-noroeste do Rio Grande do Sul e o “fechamento” da *frente pioneira* para os colonos na década de 1970⁵, determinaram que tanto os agricultores nacionais, chamados de caboclos, e os descendentes dos colonos enquanto pequenos proprietários empobrecidos no contexto de uma economia industrial incapaz de absorver os excedentes da população rural se ajustassem nos acampamentos lutando por um pedaço de terra. Um pressuposto aqui assumido é de que será desse substrato sócio-cultural historicamente conformado que os agricultores-assentados herdarão referências culturais, como lógicas de ação, maneiras de ver e se ver no mundo e relacionalmente reagir aos fatos

³ Segundo Martins (1975), *frente de expansão* está relacionada com indivíduos fundamentalmente relacionados com a agricultura de subsistência; já a *frente pioneira* estaria relacionada com uma ocupação fundamentalmente na lógica da economia capitalista.

⁴ A reserva indígena do município de Nonoai, na região do Alto Uruguai, norte do Estado, foi palco dos principais conflitos fundiários. Por volta do final de 1950 houve uma ocupação ilegal da reserva pelos colonos, depois de terem conseguido do Estado a promessa de reassentamento em áreas próximas, por meio das mobilizações organizadas pelo MASTER. Algumas propriedades foram desapropriadas e as terras distribuídas a uma parcela dos camponeses. Entretanto, após o golpe de estado de 1964, as terras inicialmente destinadas aos camponeses foram entregues para empresários rurais, propondo aos primeiros a ocupação da reserva indígena. Contudo, em 1978 os colonos foram expulsos da reserva pelos índios. Após algum tempo perambulando pelas redondezas, os agricultores ocuparam as fazendas Macali e Brilhante no município de Sarandi, com papel decisivo de sindicatos e da Comissão Pastoral da Terra, gestando as primeiras circunstâncias políticas para a (re)organização dos sem-terra no estado levando a formação do MST na década de 1980 (Eckert, 1984; Gaiger, 1987; Caldart, 2000).

⁵ Principalmente para os mais empobrecidos, pois muitos daqueles que acumularam capital econômico suficiente para novas migrações dirigiram-se para outros estados e regiões do país, como Santa Catarina, Paraná, Centro-Oeste e Norte.

cotidianos e inusitados que lhes chegam aos sentidos corpóreos e psíquicos das experiências vividas relativas às suas posições sociais na sociedade.

Assim, nesse processo sócio-histórico de formação do campesinato brasileiro, segundo Gaiger (1994a), teriam se desenvolvido ideologias que atribuíam ao colono valores sociais intrínsecos de desbravador do território, aquele capaz de conduzir os processos de modernização e ao caboclo valores sociais intrínsecos relacionados à abnegação do trabalho e avesso a processos modernizantes.⁶ Segundo aquele autor, a relação sócio-histórica e estrutural inicialmente desenvolvida pelos colonos e caboclos com a *natureza* e a *sociedade* se deu de forma diferente, o que, no entanto, não autorizaria leituras preconceituosas para com os últimos. Os colonos foram introduzidos durante o século XIX e início do XX com os objetivos de abastecer com produtos alimentares o restante do país e como forma de diversificar a economia gaúcha mediante exploração familiar das terras. Os chamados caboclos foram historicamente postos à margem da economia e da sociedade a partir de uma ideologia que não via neles o *espírito do capitalismo*, negando-lhes majoritariamente o acesso a terra e às condições para o desenvolvimento de seu comércio (Zarth, 1997).⁷ De acordo com Gaiger (1994a;1994b) e Gerhardt (2006), isso teria conformado processos diferenciados de relacionamento e valoração para com a terra e o trabalho. Entendendo aqui em termos de tendências, os colonos teriam desenvolvido um *valor terra* mediado pela noção de propriedade privada, confundindo-se com ela. Já para os caboclos o *valor terra* dar-se-ia por uma relação *imediata*, como parte de sua imersão no cosmos da natureza sem importar uma idéia de apropriação ou com a intenção de potencializar esse recurso produtivo; daí a não valorizar a terra como parte da bibliografia o *vê* (como, por exemplo, Roche,1969), vai uma grande distância. Entre os peões de estância, embora aqueles autores constatem uma tendência à aversão ao trabalho de lavoura, argumentam que o apego ao *chão* em que cada um se criou e labutou não seria menor, alimentando sentimentos regionalistas bastante acentuados; a esse respeito Palmeira e Leite (1998:154) irão considerar que dadas às relações estabelecidas com a estância e com o estancieiro, seria uma categoria social pouco mobilizável para a luta por terra, tendo em vista seus diminutos padrões de carências e sentimentos de obrigação para com o proprietário.

Destas relações estabelecidas com a *natureza* e a *sociedade* adviriam valorações também diferenciadas para com o *valor trabalho*. Para Gaiger (1994a;1994b) e Gerhardt (2006), os chamados caboclos teriam uma opção prioritária pela não retroalimentação do trabalho e pela maior valorização do tempo livre. Já em meio a Teuto ou Ítalo-brasileiros, herdeiros de um modelo de trabalho que valoriza a regularidade e a parcimônia, os autores argumentam que, por vezes, a determinação ao trabalho acabaria metamorfoseando-o em prazer, sendo um fator de honorabilidade.⁸ No entanto, seria extemporâneo não considerar que no

⁶ Corteze (2002) irá estudar alguns *mitos* no âmbito da imigração Italiana gerados nesse processo de ocupação do território, como as representações realizadas com relação à *superioridade étnica*, a *América estando em meio a feras, índios e florestas*, a *excelência da fé* e a *dedicação ao trabalho*, assim como a idéia de *colono excelente*.

⁷ De acordo com esse autor, as elites oligárquicas gaúchas teriam “escolhido” conceder lotes de terra para os colonos e desprivilegiar os chamados caboclos, pois era uma forma de atender seus interesses econômicos imediatos. Ou seja, enquanto as áreas de mata foram incorporadas, principalmente a partir de 1870, como propriedade dos estancieiros (ou por companhias de imigração) revendendo-as para o Estado realizar loteamentos, ou vendendo diretamente para os colonos, a permanência dos caboclos como excluídos do acesso à propriedade beneficiou-os como forma de garantir a substituição do trabalho escravo nas charqueadas e nas estâncias. Portanto, a forma de ocupação da terra no Rio Grande do Sul privilegiou os *negócios* dos grandes proprietários duplamente: por um lado com a especulação de terras e por outro, como forma de evitar as chamadas *crises de braços* com o fim institucionalizado da escravidão.

⁸ De acordo com Gaiger (1994a), a ideologia de que esses valores seriam intrínsecos a etnicidade foi modulada e estimulada pelo Estado e pela Igreja.

decorrer de décadas houvesse aproximações e convivência entre caboclos e colonos, sobretudo entre aqueles mais empobrecidos, redefinindo e transformando em distintas dimensões, a partir de um certo “confronto” de racionalidades, a vida dos trabalhadores rurais (Silva, 2003). Neste sentido, Gaiger (1994a; 1994b) argumenta que seria anacrônico sócio-historicamente analisar o comportamento dos trabalhadores rurais sem-terra (em acampamentos e assentamentos) exclusivamente, ou mesmo principalmente, por meio das referências culturais específicas baseadas na etnicidade. Para o autor, mesmo sendo necessário aquela contextualização ter-se-ia que admitir processos de miscigenação, caldeamento cultural e mobilidade social que tenderam cindir ou fundir de alguma forma muitas daquelas referências produzindo novas formas de conduta, parâmetros de identidade, e recomposições de costumes habituais. Nesse sentido, poder-se-ia considerar que tratar a cultura das populações rurais sem-terra como autênticas em sua origem tenderia levar a uma compreensão reduzida e, de certa forma, distorcida da realidade sócio-cultural nos assentamentos rurais meridionais.

Neste contexto da *ambiência socio-ecossistêmica*⁹ em que houve a formação do campesinato Rio-Grandense pode-se destacar quatro fatores principais: a) a desigualdade de chances abertas aos chamados caboclos e imigrantes no processo de ocupação do território, o que não impediu aos primeiros resistirem contra a expropriação e em alguns casos que se tornassem pequenos proprietários parcelares, principalmente após 1900 nas terras do norte-nordeste do estado com certo empenho do governo estadual na concessão de títulos de propriedade aos posseiros (Zarth, 1997); b) a aproximação entre os caboclos e colonos, principalmente entre os mais pobres, ocorrido ao longo das décadas devido às sucessivas migrações dos descendentes dessas populações; c) ter-se gerado entre os caboclos um *ideal* de pequeno produtor, ainda que não nos moldes do proprietário parcelar Euro-descendente; até mesmo, como forma de defesa às constantes expropriações que os obrigavam migrar ou servir de mão-de-obra nas estâncias ou para àqueles colonos mais aquinhoados; d) pelo lado dos descendentes de imigrantes a possibilidade de ter ocorrido a “perda” ou a impossibilidade de reprodução daqueles padrões culturais de seus ascendentes devido às condições de extrema privação; processo apreendido por Roche (1969) como *acabocliização* dos colonos. Considerando essa abordagem, pode-se sugerir que os sem-terra das últimas décadas, caboclos e colonos, são a contra-face da progressiva transformação de um território cuja propriedade foi convertida em capital, onde residem as cada vez mais restritivas chances de sobrevivência e desenvolvimento.

Contudo, mesmo em um ambiente de insegurança sócio-econômica, a decisão de integrar a luta pela terra tende a se dar como situação limite depois de verem fechadas, uma após outra, suas possibilidades de reprodução social (Gaiger, 1999; Caldart, 2000). Contexto que, como apontado por esses autores, proporciona uma heterogeneidade cultural nos acampamentos e assentamentos devido à variedade de itinerários herdados e desenvolvidos pelos sem-terra a partir das posições sociais ocupadas na estrutura de relações sócio-historicamente determinada. Isso implica considerar as trajetórias sociais dos agricultores-assentados como pontos de referência e fundamentais para a análise das estratégias produtivas desenvolvidas no assentamento, dadas às variedades de dispositivos e referências sócio-culturais

⁹ A noção de ambiência socio-ecossistêmica é desenvolvida por Moreira (2004; 2006) e procura colocar em evidência as visões de mundo, saberes, lógicas de ações, instituições e materialidades diversas que orientam as relações sociais, econômicas e políticas, orientam os espaços e tempos cotidianos de determinada sociedade e os espaços e tempos do indivíduo; seus locais de vivência, trabalho e afetos.

conformadas pelo processo sócio-histórico. Da mesma forma, as experiências vivenciadas no período da luta pela terra não podem ser desprezadas dessa análise. De acordo com Gaiger (1994b), os efeitos das questões colocadas pela ação coletiva sobre os sistemas sócio-culturais dos sem-terra potencializam divergências e tendem estruturalmente a ampliar diferenças culturais e ideológicas enraizadas na formação histórica do campesinato meridional.¹⁰ Isso ocorreria porque as significações às experiências vividas nos acampamentos tenderiam a ser diferentes. Ou seja, uma vez que, pelos pressupostos teóricos assumidos, as reações aos eventos percebidos pelos sentidos corpóreos e psíquicos se dão a partir de um sistema de referências internalizado ao longo do processo de socialização dos indivíduos, os diferentes *habitus* abrem (e, portanto, forçosamente também fecham) diferentes atribuições de sentidos e representações às experiências vividas. Assim, voltando àquele autor, os projetos de futuro, identidades, desejos e carências tenderiam a se alterar ou se afirmar, onde, da mesma forma, novas redes de relações e posições de prestígio social seriam construídas. Portanto, ignorar os sentidos das reações individuais às experiências deste período de suas vidas poderia provocar conclusões apressadas sobre as lógicas que orientam as estratégias produtivas dos agricultores-assentados.

3. O Assentamento como *espaço social construído*, as articulações do conceito de *habitus* e o conceito de *estratégia*

Se os elementos da análise até aqui desenvolvidos forem aceitos, ou seja, aqueles relativos à posição social dos agricultores-assentados e a práxis coletiva da luta pela terra, então o Assentamento pode ser entendido potencialmente como um *espaço social construído* por diferentes estruturas de pensamento e comportamento. Nessa direção, como argumenta Bergamasco e Ferrante (1994), as estratégias produtivas elaboradas pelos agricultores-assentados não deveriam ser entendidas como *um dado* do presente. Assim, por um lado, haveria a tendência em ocorrer uma atualização do conjunto de conhecimentos, experiências, desejos, expectativas e projetos de futuro, ressignificados ou não, ao longo de sua trajetória social, antes e durante o período de luta coletiva. Por outro, a região e a área onde hoje é assentamento rural carregariam uma historicidade objetiva e subjetiva. A primeira, materializada na infra-estrutura produtiva herdada pelo assentamento (máquinas, construções, estábulos, plantas industriais, casas, prédios, etc.) e pela estrutura agroindustrial característica da região onde o assentamento está localizado, influenciando, portanto, objetivamente na definição das estratégias produtivas das famílias. A segunda, influenciando em dois sentidos: a) o que a *granja Ceres*, anteriormente de se tornar *Assentamento Ceres*, representava no imaginário coletivo da população sem-terra, pois se pode supor que disso também dependam as representações coletivas sobre o Assentamento e os projetos de futuro elaborados tanto pelos assentados quanto pelo Incra e pelas direções do MST; b) as idéias, opiniões e sentimentos gerados sobre as características agroindustriais da região a partir das interações com outros indivíduos e instituições dentro e fora do Assentamento. Contudo, ainda podem ser consideradas as relações com instituições de apoio, com o Estado (equipe técnica, créditos, etc.) e com o mercado, considerando que a posição dos patrimônios

¹⁰ De acordo com essa compreensão a unidade e identidade desenvolvidas no período de acampamento seriam dadas exatamente pela condição de precariedade material, pela identificação do latifúndio como *inimigo*, pela radicalidade do discurso e nas ações empreendidas, que acabam encobrindo as diferenças internas amplificadas pelas experiências vividas na práxis coletiva.

produtivos dos agricultores-assentados na estrutura de relações intercapitalista tende ser *restringida*, *mutante* e de *exclusão*, dadas às relações assimétricas de poder nas trocas comerciais (Moreira, 1999).

Nesse sentido, com as devidas contextualizações que aqui não serão realizadas devido aos objetivos imediatos deste artigo, o conceito de *habitus* pode articular esta série de fatores que influenciam de uma forma ou outra na escolha, definição das estratégias produtivas das famílias e lógicas subjacentes. A partir das análises realizadas em Bourdieu (1996; 2002) pode-se sugerir que esse conceito tenha a capacidade de articular diferentes ângulos de abordagem tanto no plano teórico quanto analítico, ao modo de ação, reação e explicitação nas práticas e comportamentos expressados pelos agricultores-assentados. Entendido dessa forma, o conceito procura “harmonizar” as freqüentes polarizações entre *indivíduo* e *sociedade*, ou, dito de outra forma, entre condicionamento e criatividade. Como um sistema estrutural de disposições socialmente constituído e durável, define um modo de ver, analisar, desejar e pensar. Materializam-se nas palavras, atitudes e gestos, como, portanto, um sistema particular de estruturas objetivas, permitindo captar nos indivíduos o que é imputável às especificidades de sua inserção na sociedade. Nessa direção, ele permite articular as relações entre *indivíduo* e *coletivo* possibilitando identificar a coletividade no centro da individualidade, sem com isso suprimir as particularidades de cada indivíduo. Por outro lado, também procura integrar *indivíduo* e *natureza*, uma vez que a observação dos eventos da natureza é única e em relação (indivíduo-natureza), considerando-se tempo e espaços únicos no ato da observação, onde o indivíduo aciona seu sistema sócio-cultural atribuindo determinado sentido e reconhecendo eventos considerados familiares ou inusitados. Neste contexto, a forma da reação aos eventos e experiências vividas e sentidos gerados dependem, em parte, da própria cultura que socializa os indivíduos estabelecendo um conjunto de valores, normas e códigos com os quais passa comparar, por exemplo, as características do solo do assentamento como melhores do que as condições anteriormente vividas em seus locais de origem; como freqüentemente foi comentado pelos agricultores-assentados. Da mesma forma que propicia aos indivíduos noções de dignidade, portanto, de limites do que se pode tolerar ou renunciar, o que permite supor que as famílias-assentadas tenham noções diferenciadas com relação às privações percebidas, sendo componente dos desejos e carências, podendo influenciar nas estratégias produtivas por elas montadas.

Neste contexto, torna-se importante situar a noção de *estratégia* que se está usando, compreendendo as relações entre consciente, inconsciente e *habitus*, nesta abordagem. Para Bourdieu (1996:164), o substrato cultural onde potencialmente desenrola-se a consciência permanece essencialmente inconsciente. Assim, o inconsciente torna-se o terreno próprio da formação e intervenção do *habitus*, princípio gerador e unificador implícito das práticas e representações. Contudo, segundo aquele autor, embora sendo uma estrutura estável o *habitus* não é estático; frente a transformações na ordem social, nas práticas e experiências apresenta-se maleável quanto à ressignificação de sentidos, passando a compô-lo. Portanto, seria prudente considerar que as situações por quais passam os sem-terra, segundo as circunstâncias e conjunturas, abrem a cada indivíduo determinadas modalidades e possibilidades de ressignificação de sentidos, de referências e, dessa forma, do *habitus*. Assim, não haveria modificação das referências sócio-culturais se as práticas não estivessem associadas com a reflexão que os indivíduos realizam de suas situações (práxis). Mas, essa mesma modificação dependeria, em parte, do próprio *habitus* que delimita estruturalmente a mudança de consciência. Seria correto supor, por consequência, que cada *habitus* configuraria um tipo de receptividade e representação às experiências e às idéias com que os sem-terra

entram em contato no processo de acampamento e assentamento. Contudo, em meio a permanências e ressignificações, as ações e comportamentos dos indivíduos permaneceriam informados por seus sistemas sócio-culturais, mas agora, em um novo patamar forjado pelo período de luta pela terra.

Assim, da noção de *estratégia* retiram-se possíveis significados relacionados a um cálculo economicista e, portanto, estreito, como se o indivíduo estivesse a todo o momento preocupado “oportunisticamente” em obter maiores recursos monetários. Dessa forma, Bourdieu (1996) irá entendê-la como estando orientada por aquele sistema de referências culturais, componentes do *habitus*, que se revelam menos em preferências explícitas e mais através de um determinado *sendo prático* produzido ao longo das trajetórias, permitindo aos indivíduos agir de maneira coerente de acordo com um campo de possibilidades no interior da sociedade.

Dada a abordagem realizada, uma hipótese que pode ser formulada é a de que as racionalidades que orientam as estratégias produtivas das famílias assentadas dependem do conjunto de experiências vividas e respectivas significações a elas atribuídas ao longo das trajetórias sociais e das condições estruturais (objetivas e subjetivas) as quais o assentamento está submetido. Estratégias estas que são mediadas pela dinâmica de composição do grupo familiar e por propriedades sócio-culturais moduladas heterogeneamente no processo de luta coletiva (no período de acampamento, principalmente, mas, também quando em assentamento), condicionando diferentes graus de participação em instâncias de formação políticas e técnica gerando redes de relações diferenciadas, interna e externamente ao assentamento.

4. Trajetória social como ponto de partida e algumas questões

Neste sentido, a análise procura considerar as trajetórias sociais dos agricultores-assentados, atentando para as posições sociais anteriormente ocupadas, suas experiências de vida até o (e no) Assentamento, assim como seus projetos de futuro. Para Garcia Jr. (1994), essas dimensões da análise, considerando, portanto, a noção de trajetória social, permite ver os agricultores-assentados não como “beneficiários” genéricos de uma política de assentamentos, mas como indivíduos com uma história e uma situação anterior precisas. Segundo o mesmo autor, esta abordagem analítica propiciaria o estudo da diversidade entre os agentes e suas visões diferenciadas de todo o processo, além dos recursos incorporados aos indivíduos em tempos e espaços também diferenciados.

Diante da instigante complexidade de fatores envolvidos e como desdobramento da hipótese formulada, poderiam ser elaboradas as seguintes indagações, sobre o objeto de estudo aqui em foco: qual a relação estabelecida entre as diferentes trajetórias e experiências sociais de vida (antes, durante o acampamento e o Assentamento) e as lógicas produtivas? Quais são as representações realizadas pelos agricultores-assentados sobre as condições naturais e físicas de seus lotes com relação, por exemplo, à qualidade do solo, água e localização, com relação às situações anteriores? Como a socio-historicidade agroindustrial da região age influenciando as estratégias produtivas dos agricultores-assentados? Como se realizam as redes de relações comerciais? Como ocorre a relação entre as trajetórias sociais e a manutenção das redes de relações comerciais? Como a composição do grupo familiar influencia no desenho produtivo do lote e do assentamento? Como o sistema de crédito e técnico, assim como os projetos da direção do MST, influenciam na definição das estratégias produtivas e quais as contradições geradas?

Com essa abordagem procura-se compreender os agricultores-assentados não somente como um ponto de encontro e de mediação de diferentes determinantes sociais, mas também e principalmente como uma fonte de iniciativas e estratégias, como um agente cujas razões, valores e afetos constituem um elemento primordial da explicação do seu comportamento e de suas interações com vistas à produção e reprodução social.

5. Bibliografia

- BERGAMASCO, Sônia Maria P. P.; FERRANTE, Vera Lúcia S. B. Assentamentos Rurais: caminhos e desafios de pesquisa. In: ROMEIRO, Adhemar et al. (org's). *Reforma Agrária: produção emprego e renda – o relatório da FAO em debate*. Petrópolis: Vozes/IBASE/FAO, 1994, pp. 181-191.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 6º Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CORTEZE, Dilse Piccin. *Ulisses Va In America: história, historiografia e mitos da imigração Italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- ECKERT, Córdula. *Movimentos dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul: 1960-1964*. UFRRJ/CPDA (Dissertação de Mestrado), 1984.
- FRANTZ, Telmo Rudi; SILVA NETO, Benedito. A Formação Histórica dos Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Org.). *Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas públicas*. Ijuí: Unijuí, 2005.
- GAIGER, Luiz Inácio. As condições socioculturais do engajamento no MST. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n° 13, out 1999, pp. 70-92.
- _____. A Práxis Coletiva dos Sem-terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural? In: *Cadernos de Sociologia: produção familiar, processos e conflitos agrários*. Porto Alegre: PPGS/UFGRS, Vol. 6, 1994a, pp. 177-203.
- _____. Cultura e Religião no Espaço Agrário do RS: uma visão Parcial. In: *Estudos Leopoldenses*. Vol. 30, n° 136, Mar/Abr, 1994b, pp. 69-94.
- _____. *Agentes Religiosos e Camponeses Sem Terra no Sul do Brasil: quadro de interpretação sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GARCIA Jr., Afrânio. Geração de Rendas, sua distribuição e trajetórias diferenciais em assentamentos de reforma agrária no Brasil (1985-1989): comentários sobre o estudo da FAO. In: ROMEIRO, A. et alii (Orgs.) *Reforma Agrária: produção, emprego e renda – o relatório da FAO em debate*. Rio de Janeiro: Vozes; IBASE/FAO, 1994.
- GERHARDT, Marcos. Os Caboclos e a Relação com a Natureza no Norte do Rio Grande do Sul. In: *Ciência&Ambiente*. Santa Maria: UFSM, n°.33, jul/dez 2006, pp. 165-174.

- GIRON, Loraine Slomp. A Imigração Italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, pp. 47-65
- KLIEMANN, Luiza Helena Schmitz. *RS: Terra e Poder – História da Questão Agrária*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- LANDO, Aldair Marli; BARROS, Leiane Cruxên. Capitalismo e colonização – os Alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, pp.09-33.
- MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MOREIRA, Roberto José. *Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade*. Rio de Janeiro: MAUAD, 1999.
- _____. Identidade Social, Natureza e Comunidades Costeiras. In: *Simpósio Internacional sobre Comunidades Costeiras: 3º Workshop Internacional sobre Comunidades Costeiras*. Brasil, Recife, UFRPE, dez 2004.
- _____. *Identidades Costeiras Complexas no Pensamento Científico*. Coletânea PQI UFV-CPDA, 2006. (no prelo).
- MOURE, Telmo. A Inserção da Economia Imigrante na Economia Gaúcha. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *RS: Imigração e Colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio. Debates Econômicos, Processos Sociais e Lutas Políticas. In: COSTA, Luiz Flavio Carvalho; SANTOS, Raimundo. *Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- ROCHE, Jean. *A colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- SILVA, Marcio Antônio Both da. *Por uma Lógica Camponesa. Caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense – 1850-1900*. Porto Alegre. CPGH - DFCH / UFRGS. 2003 (dissertação de mestrado).
- ZARTH, Paulo Afonso. Colonização e Ocupação do Espaço Agrário do Rio Grande do Sul. In: *Ciência&Ambiente*. Santa Maria: UFSM, n°.33, jul/dez 2006, pp. 155-164.
- _____. *História agrária do planalto gaúcho 1850 – 1920*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.